



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**SEGUNDA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	10665.000519/00-29
<b>Recurso nº</b>	141.114 Embargos
<b>Matéria</b>	IRPF - Exs.: 1997 e 1998
<b>Acórdão nº</b>	102-48.691
<b>Sessão de</b>	08 de agosto de 2007
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	GERALDO MAGELA MARTINS

---

Assunto: Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF

Anos-calendário: 1997 e 1998

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Existindo contradição entre a anotação de que o provimento da peça recursal se dera à unanimidade de votos e a ressalva de que no julgamento ficara vencidos dois conselheiros, cumpre ao colegiado rerratificar a decisão.

Embargos acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos e RERRATIFICAR o acórdão nº 102-47.844, de 17 de agosto de 2006, para, suprindo lapso manifesto, assentar no julgado a seguinte anotação: "Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para considerar o valor da alienação o importe de R\$1.550.000,00. Vencidos os Conselheiros Naury Fragoso Tanaka e Antonio José Praga de Souza, que negam provimento sob o fundamento de não se tratar de permuta", nos termos do voto do Relator.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO  
PRESIDENTE

LEONARDO HENRIQUE M. DE OLIVEIRA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 01 JUL 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Raimundo Tosta Santos, Luiza Helena Galante de Moraes (suplente convocada) e Alexandre Andrade Lima da Fonte Filho. Ausentes, justificadamente, os conselheiros Silvana Mancini Karam e Moisés Giacomelli Nunes da Silva.

fm

L

## Relatório

O presente recurso retorna à apreciação do Colegiado, em plenário, haja vista os embargos interpostos pela Fazenda Nacional e acolhidos pela ilustre presidente desta Câmara, conforme despacho nº 102-0.159/2007, às fls. 214/215.

Foi constatada divergência na anotação relativa à decisão proferida pela Câmara, porquanto se fez constar que a decisão teria sido por unanimidade, em flagrante contradição à ressalva feita em seguida, no sentido de que os conselheiros Naury Fragoso Tanaka e Antonio José Praga de Souza teriam figurado como vencidos, negando provimento ao recurso por não considerar a operação imobiliária como sendo permuta.

É o Relatório.

A handwritten signature consisting of a stylized 'M' or 'N' shape.

## Voto

Conselheiro LEONARDO HENRIQUE M. DE OLIVEIRA, Relator

Pela simples leitura da página de rosto do arresto embargado verifica-se, de plano, a contradição entre a anotação relativa à decisão proferida pela Câmara, porquanto se fizera constar que a mesma fora por unanimidade, em flagrante contradição à ressalva de que os conselheiros Naury Fragoso Tanaka e Antonio José Praga de Souza teriam figurado como votos vencidos no julgamento, os quais negavam provimento ao recurso por não considerar a operação imobiliária como sendo permuta.

Diante do exposto, voto no sentido de ACOLHER os embargos para RERRATIFICAR a decisão anunciada no acórdão nº 102-47.844, de 17/08/2006, nos seguintes termos: “Por maioria de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para considerar o valor da alienação o importe de R\$ 1.550.000,00. Vencidos os Conselheiros Naury Fragoso Tanaka e Antonio José Praga de Souza, que negam provimento sob o fundamento de não se tratar de permuta”.

Sala das Sessões - DF, em 08 de agosto de 2007.

  
LEONARDO HENRIQUE M. DE OLIVEIRA